

VALENÇA-RJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA - RIO DE JANEIRO

PROFESSOR III



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL Nº 001, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Prefeitura de Valença - RJ

Professor III

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	6
Domínio da ortografia oficial.....	14
Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	22
Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	26
Emprego de tempos e modos verbais.....	27
Domínio da estrutura morfosintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	30
Emprego das classes de palavras.....	36
Emprego dos sinais de pontuação.....	47
Concordância verbal e nominal.....	52
Regência verbal e nominal.....	58
Emprego do sinal indicativo de crase.....	65
Colocação dos pronomes átonos.....	69
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	71
Significação das palavras.....	73
Substituição de palavras ou de trechos de texto.....	78
Figuras de linguagem.....	78
QUESTÕES.....	84
GABARITO.....	93

LEGISLAÇÃO

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente o Capítulo da Educação.....	1
Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).....	6
Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), nos dispositivos pertinentes à educação.....	39

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Lei Orgânica do Município de Valença, nos dispositivos pertinentes à Administração Pública e à Educação.....	40
Lei Municipal nº 3.887/2026	51
Lei Delegada nº 39/2025	52
Lei Municipal nº 3.803/2025.	54
Lei Municipal nº 2.932/2016	55
Lei Municipal nº 2.869/2015	55
Lei Complementar Municipal nº 28/1999 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e alterações vigentes.....	56
Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	92
Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.....	157
QUESTÕES.....	171
GABARITO	176

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Legislação e normas nacionais aplicáveis à educação especial e inclusiva. Declaração de Salamanca (1994)	1
Fundamentos, princípios e políticas da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)	14
Resolução CNE/CEB nº 4/2009	21
Lei nº 12.764/2012 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista)	24
Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência): direito à educação	27
Atendimento Educacional Especializado (AEE): princípios, objetivos, organização e práticas pedagógicas.....	29
Planejamento, adequações curriculares, acessibilidade e estratégias pedagógicas inclusivas	35
Tecnologias assistivas e recursos de acessibilidade aplicados à educação.....	40
Papel do professor na educação especial e inclusiva e na promoção da participação e da aprendizagem.....	45
Práticas pedagógicas voltadas aos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação.....	50
Diversidade, equidade, direitos humanos e enfrentamento ao capacitismo no ambiente escolar	55
Educação de Jovens e Adultos na perspectiva inclusiva	60
Educação para as relações étnico-raciais e educação em direitos humanos: Resolução CNE/CP nº 1/2012.....	65

SUMÁRIO



Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ).....	67
Legislação municipal de Valença pertinente à inclusão, ao serviço público e à educação, especialmente a Lei Municipal nº 3.803/2025, a Lei Municipal nº 3.887/2026, a Lei Delegada nº 39/2025 e a Lei Complementar Municipal nº 28/1999.....	72
QUESTÕES.....	72
GABARITO.....	77

TEMAS EDUCACIONAIS E PEDAGÓGICOS

Planejamento e organização do trabalho pedagógico	1
Currículo e práticas pedagógicas	8
Didática e processos de ensino e de aprendizagem.....	11
Tendências pedagógicas e suas implicações na prática escolar	21
Relação professor-aluno e compromisso ético e social do professor	24
Objetivos, conteúdos, metodologias, estratégias e recursos de ensino.	37
Interdisciplinaridade e práticas integradoras	41
Avaliação da aprendizagem	45
Projeto político-pedagógico	47
Gestão democrática e participação da comunidade escolar.....	53
Educação integral e diversidade no contexto escolar	61
Educação de Jovens e Adultos	65
Educação ambiental	68
Tecnologias digitais da informação e comunicação aplicadas à educação	69
Políticas públicas e organização da Educação Básica	73
Questões	77
Gabarito.....	82

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Fundamentos da Educação: educação e sociedade; papel e ética do professor; ensino e aprendizagem; relação escola-família; planejamento; currículo; interdisciplinaridade; avaliação; inclusão e diversidade.....	1
Legislação Educacional: Constituição Federal – Educação; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 8.069/1990 (ECA); BNCC; Diretrizes Curriculares Nacionais.....	7
Legislação da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial e EJA.....	7
Relações étnico-raciais	12

SUMÁRIO



Educação Infantil: infância e desenvolvimento; cuidar e educar; jogos e brincadeiras; interação e socialização; desenvolvimento da linguagem e aspectos cognitivos e socioemocionais; BNCC; avaliação.....	17
Anos Iniciais do Ensino Fundamental: desenvolvimento e aprendizagem; alfabetização e letramento; leitura, escrita e produção textual; literatura infantil; matemática e resolução de problemas; ciências; história e geografia; artes, movimento e práticas pedagógicas ..	23
Educação Especial e Inclusiva: princípios da inclusão; deficiência, TEA e altas habilidades/ superdotação; acessibilidade; adaptação de atividades; Atendimento Educacional Especializado (AEE); respeito às diferenças.....	29
Educação de Jovens e Adultos – EJA: fundamentos da EJA; alfabetização e letramento; valorização das experiências dos estudantes; metodologias e avaliação; cidadania e trabalho; Paulo Freire	34
Didática e Prática Docente: planejamento; metodologias de ensino; recursos pedagógicos; avaliação; gestão da sala de aula; interdisciplinaridade; recomposição das aprendizagens; relação com a comunidade escolar.....	40
Temas Educacionais Contemporâneos: educação ambiental; diversidade e inclusão; relações étnico-raciais; direitos humanos; bullying e violência escolar; cultura digital; proteção da criança e do adolescente.....	45
Questões	51
Gabarito	57

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

(...)

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)



DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais

Reconvocando as várias declarações das Nações Unidas que culminaram no documento das Nações Unidas “Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências”, o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional.

Notando com satisfação um incremento no envolvimento de governos, grupos de advocacia, comunidades e pais, e em particular de organizações de pessoas com deficiências, na busca pela melhoria do acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas; e reconhecendo como evidência para tal envolvimento a participação ativa do alto nível de representantes e de vários governos, agências especializadas, e organizações inter-governamentais naquela Conferência Mundial.

1. Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados.

2. Acreditamos e Proclamamos que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

3. Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles:

- atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.
- adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.
- desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva.
- estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais.



Temas Educacionais e Pedagógicos

A organização do trabalho pedagógico na escola é um elemento central para a garantia de um ambiente educacional que favoreça o aprendizado, a inclusão e o desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse cenário, o pedagogo emerge como uma figura de liderança estratégica, atuando tanto como educador quanto mediador, desempenhando funções que envolvem desde o planejamento pedagógico até a resolução de conflitos e a promoção de um clima escolar harmonioso e democrático.

O pedagogo não se limita a realizar tarefas administrativas ou de suporte técnico; sua atuação envolve uma mediação ativa entre os diversos atores do ambiente escolar – alunos, professores, gestores e a comunidade. Através de seu papel mediador, o pedagogo auxilia na resolução de conflitos e na construção de um ambiente de diálogo e cooperação, fundamentais para o bom funcionamento da escola.

A importância da mediação pedagógica vai além da simples solução de problemas. Ela promove uma articulação mais profunda entre as práticas educacionais e as necessidades reais dos alunos e do corpo docente, contribuindo para uma educação que seja, ao mesmo tempo, inclusiva e de qualidade.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA

A organização do trabalho pedagógico na escola refere-se ao conjunto de práticas, decisões e ações que garantem a estruturação do processo educativo de forma eficiente e eficaz. Esse trabalho é responsável por alinhar as atividades escolares às diretrizes curriculares, aos objetivos institucionais e às necessidades da comunidade escolar.

O pedagogo desempenha um papel central nesse processo, articulando os diferentes componentes pedagógicos e assegurando a coesão entre as práticas educativas e os resultados esperados.

► Elementos que Compõem a Organização do Trabalho Pedagógico

O trabalho pedagógico na escola é sustentado por diversos elementos interconectados que garantem a qualidade da educação. Entre os principais, destacam-se:

- **Currículo:** O currículo é o eixo estruturante do trabalho pedagógico, que define o conteúdo a ser ensinado, as habilidades a serem desenvolvidas e os valores a serem promovidos. Ele orienta o planejamento das atividades e o acompanhamento dos resultados.
- **Planejamento:** O planejamento pedagógico é essencial para organizar e antecipar as atividades que serão desenvolvidas ao longo do ano letivo. O pedagogo participa diretamente da elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP), além de coordenar o plano de ensino dos professores, garantindo a integração das diversas áreas do conhecimento.
- **Avaliação:** O processo avaliativo é um instrumento central para a tomada de decisões no contexto escolar. Ele permite a reflexão sobre a prática pedagógica e os resultados alcançados, oferecendo subsídios para que o pedagogo e os professores ajustem suas estratégias de ensino, de acordo com o desenvolvimento dos alunos.
- **Formação Continuada:** O trabalho pedagógico não se esgota na execução de tarefas cotidianas. O pedagogo deve promover a formação continuada dos professores, facilitando momentos de estudo e reflexão sobre as práticas pedagógicas, integrando inovações educacionais e aprimorando as metodologias de ensino.



Conhecimentos Específicos

EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL E COMPROMISSO PROFISSIONAL

A educação é um processo social por meio do qual pessoas e grupos compartilham conhecimentos, valores, linguagens, práticas culturais e formas de participação na vida coletiva. A escola integra esse processo com uma responsabilidade própria: garantir acesso sistemático a conhecimentos que não dependam apenas das experiências imediatas do estudante. Por isso, a instituição escolar não pode ser reduzida a um espaço de transmissão de informações. Ela organiza tempos, relações, objetos culturais e situações de aprendizagem que ampliam a capacidade de compreender o mundo, comunicar ideias, tomar decisões e conviver com diferenças.

► Escola, cultura e transformação social

A relação entre educação e sociedade é de influência recíproca. A escola recebe estudantes que chegam com repertórios construídos em famílias, comunidades, grupos religiosos, meios digitais, atividades de trabalho e outras redes de convivência. Ao mesmo tempo, oferece acesso a conhecimentos científicos, artísticos, históricos, linguísticos e matemáticos que permitem reinterpretar essas experiências. Uma prática pedagógica socialmente responsável não trata o repertório do estudante como obstáculo, nem o toma como limite. Ele funciona como ponto de diálogo para que o ensino conduza a formas mais elaboradas de compreensão.

Socialização de conhecimentos e produção de sentidos

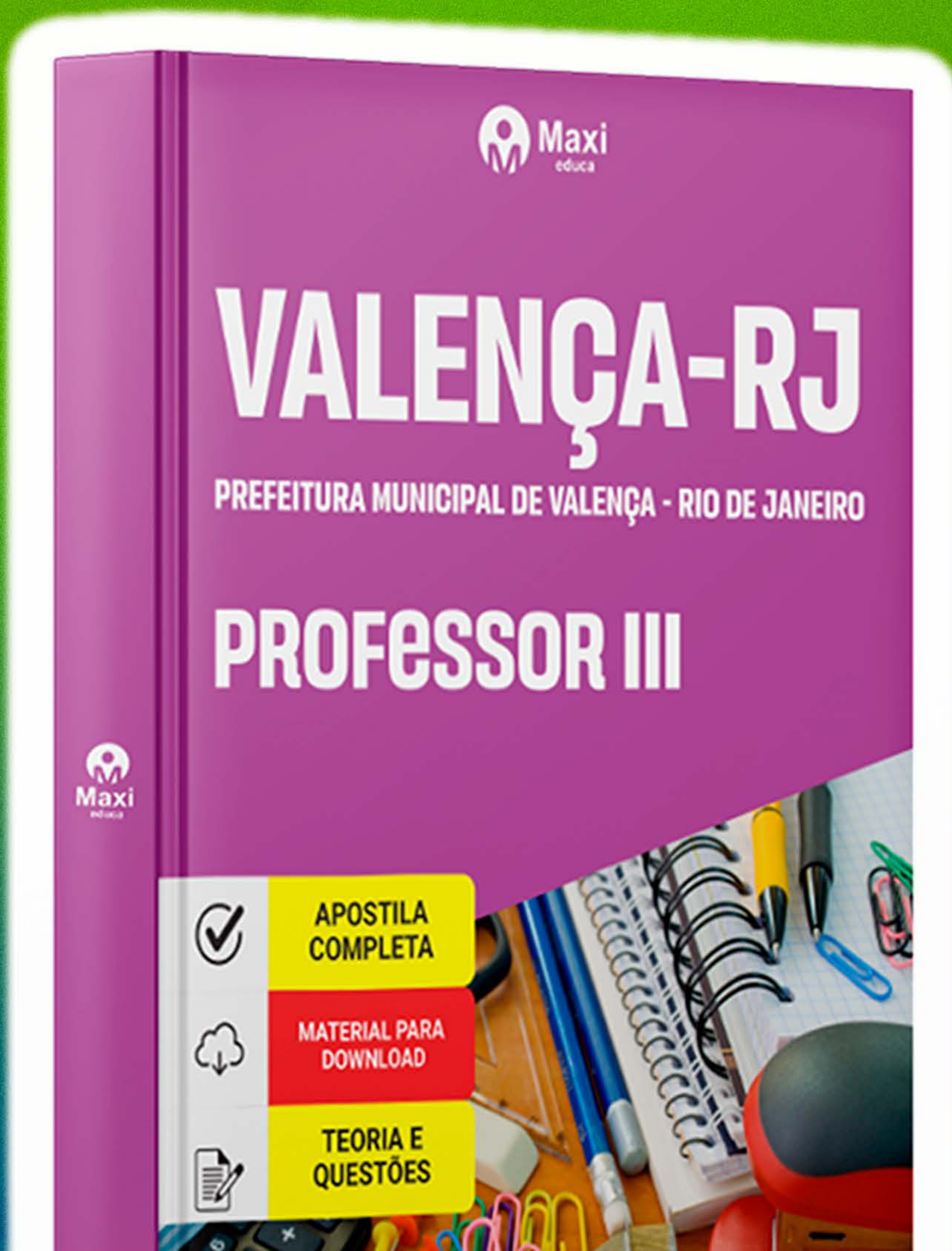
Ensinar conteúdos escolares envolve selecionar o que merece atenção, estabelecer relações entre ideias e construir condições para que o estudante compreenda por que determinado conhecimento é relevante. Uma aula sobre mapas, por exemplo, pode partir dos deslocamentos cotidianos dos alunos, mas precisa avançar para convenções cartográficas, orientação espacial, escala e representação do território. O conhecimento escolar ganha sentido quando liga experiência e conceito sem confundir ambos. O papel da escola é ampliar horizontes, evitando tanto o distanciamento abstrato quanto a simples repetição do cotidiano.

Desigualdades, território e oportunidades educacionais

As condições sociais interferem na frequência, no acesso a bens culturais, no tempo disponível para tarefas, na conectividade e nas possibilidades de participação. Reconhecer esse fato não significa reduzir expectativas. A resposta pedagógica ética consiste em criar apoios, diversificar formas de acesso e organizar intervenções para que diferenças de origem não se convertam automaticamente em diferenças de oportunidade. Uma escola de bairro que atende famílias com trajetórias culturais e condições materiais muito distintas precisa observar quem participa, quem permanece à margem e quais barreiras estão ligadas à organização institucional.

A comparação entre finalidade social da escola, ação docente e risco pedagógico ajuda a perceber que uma mesma intenção pode gerar resultados diferentes conforme a forma de atuação.

Finalidade social	Ação docente coerente	Risco pedagógico	Resposta ética
Democratizar conhecimentos	Garantir acesso a conceitos e linguagens sistematizados	Simplificar conteúdos para determinados grupos	Manter objetivos relevantes e oferecer apoios proporcionais
Formar para a convivência	Criar situações de diálogo e cooperação	Silenciar conflitos ou impor concordância	Mediar divergências com regras de respeito e argumentação



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!